

*Dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória e altera a Resolução Administrativa - RA nº 49, de 13 de abril de 2012.*

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem o inciso II do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002, e a alínea “d” do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa – RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

<b>RA submetida à CI 25</b>	<b>RA após contribuições</b>
<p>Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.</p> <p>§ 1º. O processo de AIR somente será obrigatório para as medidas regulatórias, especialmente os projetos vinculados à Agenda Regulatória, que possam gerar repercussão direta no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.</p> <p>§ 2º. Por expressa decisão do Diretor, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.</p> <p>§ 3º. Nos casos em que houver a possibilidade de edição de ato normativo, o processo deverá ser instaurado, obrigatoriamente, com a Análise Preliminar.</p>	<p>Art. 1º. A presente Resolução Administrativa dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório – AIR, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar como requisito de admissibilidade para deliberação da Diretoria Colegiada de proposta de medida regulatória.</p> <p>§ 1º. O processo de AIR deverá ser desenvolvido por meio da Análise Preliminar, e será obrigatório para a edição de atos normativos e demais medidas regulatórias, que possam gerar consequências diretas no setor de saúde suplementar, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.</p> <p>§ 2º. Por decisão do Diretor da área, os processos internos que apresentem impactos operacionais poderão utilizar o processo de AIR, no que couber.</p>
<p>Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:</p>	<p>Art. 2º. Para fins dessa resolução, define-se:</p>

<p>I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela Diretoria que determina a abertura do processo de AIR, no qual identifica o órgão técnico responsável pelo processo de AIR e pela elaboração da Análise Preliminar;</p> <p>II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;</p> <p>III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;</p> <p>IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios, das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;</p> <p>V – Nota Técnica: expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS com a finalidade de subsidiar decisão;</p> <p>VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à DICOL para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo;</p> <p>VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;</p> <p>VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;</p> <p>IX – Consultas prévias: consultas realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;</p>	<p>I – Despacho de Iniciativa: é o ato administrativo emitido pela autoridade competente para tratar da matéria examinada, que determina a abertura do processo de AIR e atribui a qualquer de seus órgãos ou agentes subordinados a responsabilidade de dar andamento ao processo de AIR</p> <p>II – Análise Preliminar: é a primeira análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, conforme modelo no Anexo I desta Resolução;</p> <p>III – Análise Intermediária: é uma ferramenta baseada na metodologia multicritério desenvolvida pela ANS fundamentada nos princípios da eficiência, da efetividade, da equidade, da transparência e da razoabilidade, conforme modelo no Anexo II desta Resolução;</p> <p>IV – Estudos de Impacto: estudos que permitem a explicitação dos problemas regulatórios e a comparação das opções disponíveis para suas soluções e das consequências das decisões regulatórias;</p> <p>V – Nota Técnica: elaborada ao longo do processo de AIR, expressa análise de caráter técnico sobre matéria em apreciação pela ANS, com a finalidade de subsidiar decisão;</p> <p>VI – Exposição de Motivos: é o expediente encaminhado à Diretoria Colegiada – DICOL, após a conclusão do processo de AIR, para propor alguma medida regulatória ou submeter à sua apreciação projeto de ato normativo, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;</p> <p>VII – Medida regulatória: é toda forma de intervenção da ANS sobre o setor, entes regulados ou os beneficiários de planos privados de assistência à saúde, tais como a edição de ato normativo ou criação de novos produtos e serviços que, ao afetar potencial ou efetivamente a conduta dos agentes ou a estrutura do mercado, visem melhorar o desempenho setorial;</p> <p>VIII – Grupos afetados: partes que podem ser impactadas pelos efeitos de determinada medida regulatória;</p> <p>IX – Consultas prévias: consultas</p>
---	---

<p>X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e</p> <p>XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.</p>	<p>realizadas aos grupos de interesse para a coleta e informações nas fases iniciais da elaboração de qualquer medida regulatória, destinada ao público interno ou externo, de forma ampla ou dirigida, na modalidade presencial ou remota;</p> <p>X – Consulta interna: consulta destinada aos servidores lotados na ANS, realizada de forma remota, com conteúdo estruturado, normalmente com minuta de normativo; e</p> <p>XI – Monitoramento das medidas regulatórias: processo de acompanhamento das metas e indicadores estabelecidos para a mensuração da efetividade da medida regulatória.</p>
<p>Art. 3º. O processo de AIR pode ter três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:</p> <p>I – Nível 1: é destinado, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;</p> <p>II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente a Análise Intermediária; e</p> <p>III – Nível 3: deve ser realizada para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p>	<p>Art. 3º. O processo de AIR apresenta três níveis, que podem ser combinados no mesmo processo administrativo:</p> <p>I – Nível 1: destina-se, essencialmente, à reflexão e análise do problema que será objeto da proposta de medida regulatória, bem como visa coletar e disponibilizar informações iniciais para subsidiar o processo de tomada de decisão e se consubstancia na Análise Preliminar;</p> <p>II – Nível 2: envolve uma triagem dos impactos potenciais que a medida regulatória pode ter, a partir de um instrumento composto de critérios previamente estabelecidos, baseado em diversas metodologias de análise, tendo como referência, preferencialmente, a Análise Intermediária; e</p> <p>III – Nível 3: deve ser realizado para propostas de maior impacto potencial e consiste em um estudo com maior grau de complexidade, preferencialmente com métodos quantitativos, sobre a matéria objeto da medida regulatória podendo envolver a colaboração de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p>

**CAPÍTULO II**  
**DA ELABORAÇÃO REGULATÓRIA**

**Seção I**  
**Da Elaboração da Análise Preliminar – Nível I**

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela Diretoria responsável quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio do acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Civis Estaduais, dentre outros órgãos ou entes externos.</p> <p>§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa, que conterá a conveniência e oportunidade de abertura do processo de AIR e identifica o órgão técnico responsável pela elaboração da Análise Preliminar.</p> <p>§ 2º A fim de serem avaliados os custos deverá ser dada ciência à Diretoria de Gestão – DIGES, para análise da lista de impacto operacional, conforme Anexo III.</p>	<p>Art. 4º. O processo de AIR será proposto e instaurado pela autoridade competente, quando esta constatar a necessidade de uma medida regulatória por parte da ANS, por meio de problemas detectados durante o acompanhamento ou monitoramento regular do segmento de saúde suplementar ou por denúncias, consultas e requisições de quaisquer origens</p> <p>§ 1º O processo de AIR será instaurado com o Despacho de Iniciativa e desenvolvido por meio da Análise Preliminar;</p> <p>§ 2º Nos casos em que o processo de AIR identificar, através da lista de impacto operacional, conforme o Anexo III desta resolução, que a medida a ser adotada implicará em custos para a ANS, deverá ser cientificada a Diretoria de Gestão.</p>
<p>Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 5º, serão encaminhados os autos à Diretoria responsável, que fará a análise formal e técnica e poderá:</p> <p>I – encaminhar o processos de AIR para apreciação e aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p>II – determinar ao órgão técnico que aprofunde os estudos técnicos;</p> <p>III – determinar ao órgão técnico que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou</p>	<p>Art. 5º. Cumpridos os requisitos do art. 4º, serão encaminhados os autos à autoridade que instaurou o processo de AIR, que fará a análise formal e técnica, submetendo-os ao Diretor da área, que poderá:</p> <p>I – submeter o processo de AIR para apreciação e ou aprovação da Diretoria Colegiada;</p> <p>II- determinar ao órgão técnico ou agente que refaça a Análise Preliminar, no caso dos requisitos mínimos não terem sido preenchidos de forma adequada e suficiente; ou</p> <p>III- determinar, fundamentadamente, o</p>

<p>IV - determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR</p>	<p>arquivamento do processo de AIR.</p>
<p>Art. 6º. Recebido processos de AIR pela Diretoria Colegiada – DICOL poderá:</p> <p>I – determinar o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);</p> <p>II – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias;</p> <p>III – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR; ou</p> <p>IV – nos casos de urgência, determinar a forma de consulta a ser aplicada ao processo de AIR</p>	<p>Art. 6º. Submetido o processo de AIR à Diretoria Colegiada - DICOL, esta, deliberando pela aprovação, poderá:</p> <p>I – determinar a remessa do processo à Diretoria ou órgão proponente para o prosseguimento do processo de AIR (nível II ou III);</p> <p>II - determinar a instauração de grupo de trabalho – GT, que poderá ser composto pela área responsável ou áreas afins, para elaboração de proposta de medida regulatória, fixando as diretrizes a serem observadas e o prazo de duração.</p> <p>III – apresentar contribuições por escrito no prazo de 30 (trinta) dias;</p> <p>IV – determinar, fundamentadamente, o arquivamento do processo de AIR; ou</p> <p>Parágrafo único. Nos casos em que for instituído grupo de trabalho - GT, este será coordenado pelo órgão ou agente indicado da Diretoria proponente e poderá ser auxiliado pela Secretaria-Geral - SEGER, que observará: I - qualidade e completude dos procedimentos; e II - apoio técnico à realização da análise intermediária.</p>
<p>Art. 7º. No caso da DICOL optar pelo prosseguimento do processo de AIR, será composto grupo de trabalho, a ser divulgado internamente, cujo objetivo será a elaboração de proposta de medida regulatória com os eventuais contornos que venham a ser fixados pela DICOL e prazo de duração determinado</p>	
<p>Art. 8º. A Secretaria-Geral – SEGER auxiliará no processo de elaboração e monitoramento da medida regulatória, observando:</p> <p>I – qualidade e completude dos procedimentos; e</p> <p>II – apoio técnico à realização da análise intermediária.</p>	

<p>Parágrafo único. A Secretaria-Geral definirá, em conjunto com o responsável pela medida regulatória e o Grupo Executivo de Boas Práticas Regulatórias, o cronograma de acompanhamento da execução dos estudos de Impacto</p>	
---	--

## Seção II

### Dos Estudos dos Impactos – Nível II e III

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 9º . Na fase de instrução do processo de AIR, o grupo de trabalho poderá:</p> <p>I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;</p> <p>II - juntar documentos e pareceres;</p> <p>III – realizar consultas dirigidas;</p> <p>IV – realizar consultas prévias;</p> <p>V – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;</p> <p>VI – promover reuniões com os grupos afetados;</p> <p>VII – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e</p> <p>VIII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada.</p> <p>§ 1º. Nos casos em que seja criada alguma penalidade administrativa deverá ser ouvida previamente a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.</p> <p>§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação</p>	<p>Art. 7º Na fase de instrução do processo de AIR, a área responsável pela elaboração da AIR ou o grupo de trabalho poderá:</p> <p>I – promover discussão interna com órgãos técnicos que participam do processo de AIR;</p> <p>II - juntar documentos e pareceres;</p> <p>III – realizar consultas prévias;</p> <p>IV – solicitar informações, inclusive, mas não limitado, aos grupos afetados;</p> <p>V – promover reuniões com os grupos afetados;</p> <p>VI – convidar outros órgãos para qualificar dados e informações; e</p> <p>VII - elaborar estudos e, se necessário, propor a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento e instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada</p> <p>§ 1º. Nos casos em que seja proposto o estabelecimento ou alteração de sanção, deverá ser previamente ouvida a Diretoria de Fiscalização – DIFIS.</p> <p>§ 2º. Deverá ser dada ciência à Central de Relacionamento e aos Núcleos, à GCOMS e à Ouvidoria, devendo ser disponibilizado a estes, previamente à divulgação externa da medida</p>

<p>externa da medida impactante, resumo da medida e FAQ</p>	<p>impactante, resumo da medida e material informativo detalhado, preferencialmente no formato de perguntas e respostas.</p>
<p>Art. 10. A Nota Técnica deverá conter os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:</p> <p>I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, e em todos os casos devem ser considerados os grupos afetados;</p> <p>II – a comparação entre as alternativas formuladas ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;</p> <p>III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e identificação de soluções alternativas;</p> <p>IV – a forma de implementação da medida regulatória e como monitorar os seus resultados, quando couber;</p> <p>V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, de políticas públicas, dentre outros, quando couber; e</p> <p>VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia</p>	<p>Art. 8º Concluída a fase instrutória, será elaborada Nota Técnica, contendo os elementos constantes da Análise Preliminar acrescidos de, no mínimo:</p> <p>I – cenários contendo as opções indicadas na Análise Preliminar, aquelas que, eventualmente, foram indicadas pela DICOL, bem como aquelas desenvolvidas pelo grupo de trabalho, devendo em todos os casos ser considerados os grupos afetados;</p> <p>II – a comparação entre as alternativas formuladas, inclusive frente à situação atual, ressaltando, particularmente, os métodos e técnicas utilizados;</p> <p>III – conclusão explicitando qual a opção mais adequada para resolver o problema e as soluções alternativas;</p> <p>IV – a forma de implementação da medida regulatória e de monitoramento dos seus resultados, quando couber;</p> <p>V – a conformidade com os padrões e recomendações de associações ou órgãos técnicos nacionais e internacionais de regulação, supervisão, contabilidade e atuária, políticas públicas, dentre outros, quando couber; e</p> <p>VI – a consolidação dos resultados dos processos de consulta prévia, quando houver.</p>
<p>Art. 11. O processo de AIR será encaminhado à DICOL quando esta decidirá acerca da ação recomendada na Nota Técnica, validando-a ou optando por solução alternativa.</p> <p>§ 1º. Avaliado o processo de AIR, com a exposição de motivos e demais encaminhamentos, a DICOL poderá, ainda, determinar:</p> <p>I – a forma de participação social, que poderá ser:</p> <p>a) consultas prévias;</p>	<p>Art. 9º O processo de AIR será encaminhado à DICOL para deliberação sobre a ação recomendada na Nota Técnica.</p> <p>§ 1º Na deliberação sobre o processo de AIR, a DICOL poderá determinar:</p> <p>I – a forma de participação social:</p> <p>f) consultas prévias;</p> <p>g) consulta interna;</p> <p>h) câmara técnica;</p> <p>i) consulta pública; e</p>

<p>b) consulta interna;</p> <p>c) câmara técnica;</p> <p>d) consulta pública; ou</p> <p>e) audiência pública.</p> <p>II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica;</p> <p>III - a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada;</p> <p>IV – o arquivamento do processo de AIR.</p> <p>§ 2º No caso de não ser realizada nenhum tipo de consulta, deve constar justificativa</p>	<p>j) audiência pública.</p> <p>II – no caso de optar pela publicação de ato normativo, a remessa do processo para elaboração de manifestação formal e jurídica, nos termos da RA 49 e suas sucedâneas;</p> <p>III - a contratação de especialistas que possuam notório conhecimento ou de instituições públicas ou privadas que tenham reconhecida autoridade e reputação sobre a questão examinada; ou</p> <p>IV – o arquivamento do processo de AIR.</p> <p>§ 2º No caso de não ser realizada nenhuma forma de participação social, deve constar justificativa, registrada em ata.</p> <p>§ 3º: No caso de realização de consultas públicas, internas ou externas, ou audiências públicas, deverá ser elaborado um plano de comunicação para divulgação das mesmas.</p>
---	--

### Seção III Da Urgência

<b>RA submetida à CI 25</b>	<b>RA após contribuições</b>
<p>Art. 12. As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar:</p> <p>I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;</p> <p>II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e</p> <p>III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.</p> <p>Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes deverão conter, no mínimo, a Análise Preliminar e uma forma de participação social prevista na seção IV desta Resolução</p>	<p>Art. 10 As medidas regulatórias que forem classificadas como urgentes deverão explicitar, nos termos do Decreto 4.176/2002:</p> <p>I – qual a razão de ser indispensável a vigência imediata;</p> <p>II – se não foi prevista a causa ou o agravamento do problema; e</p> <p>III – se houve um desenvolvimento extraordinário de situação já prevista.</p> <p>Parágrafo único. Os processos de AIR classificados como urgentes poderão conter, além da Análise Preliminar, as demais etapas do processo de AIR definidas pela DICOL no momento da deliberação.</p>



## Seção IV Participação Social

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
Art. 13. A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010, tendo por referência a Política de Governança Digital	Art. 11 A participação da sociedade civil e dos agentes regulados no processo de edição de medida regulatória e tomada de decisão da ANS mediante a realização de consultas e audiências públicas, e câmaras técnicas será disciplinada pela RN nº 242, de 2010 e suas sucedâneas, tendo por referência a Política de Governança Digital.

## Subseção I Das Consultas Internas

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 14. A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – <i>Intrans</i>.</p> <p>§ 1º A publicação de que trata o <i>caput</i> deverá conter:</p> <p>I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;</p> <p>II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e</p> <p>III – a indicação do <i>link</i> na <i>Intrans</i> onde se encontra a minuta objeto da consulta pública e os demais documentos importantes para a sua apreciação.</p> <p>§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o <i>caput</i> e terá duração de, no mínimo, de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.</p>	<p>Art. 12 A consulta interna será formalizada e divulgada na rede local de computadores – <i>Intrans</i>.</p> <p>§ 1º A publicação de que trata o <i>caput</i> deverá conter:</p> <p>I – o período de recebimento de sugestões e contribuições;</p> <p>II – a forma do encaminhamento das sugestões e contribuições; e</p> <p>III – a indicação do <i>link</i> na <i>Intrans</i> onde se encontra a minuta objeto da consulta e os demais documentos importantes para a sua apreciação.</p> <p>§ 2º O período de consulta interna terá início no dia seguinte à publicação de que trata o <i>caput</i> e terá duração de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da DICOL.</p> <p>§ 3º Nos casos de urgência, a consulta poderá ter seu prazo reduzido para cinco dias úteis.</p>

<p>Art. 15. Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na <i>Intrans</i>:</p> <p>I – a nota técnica de AIR;</p> <p>II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;</p> <p>III – a proposta estruturada da medida regulatória; e</p> <p>IV – o formulário de sugestões e contribuições.</p>	<p>Art. 13 Durante a consulta interna, ficarão disponíveis na <i>Intrans</i>:</p> <p>I – a nota técnica de AIR;</p> <p>II – a exposição de motivos da medida regulatória que se pretende editar;</p> <p>III – a proposta estruturada da medida regulatória; e</p> <p>IV – o formulário de sugestões e contribuições.</p>
<p>Art. 16. A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições</p>	<p>Art. 14 A participação dos servidores lotados na ANS nas consultas internas far-se-á, obrigatoriamente, por meio eletrônico mediante o preenchimento do formulário de sugestões e contribuições.</p>
<p>Art. 17. Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na <i>Intranet</i>, no prazo de 60 (sessenta) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, no mínimo:</p> <p>I – o número de sugestões e contribuições recebidas no total;</p> <p>II – dados estatísticos sobre as sugestões e contribuições;</p> <p>III – a consolidação das principais sugestões e contribuições;</p> <p>IV – a manifestação motivada sobre o acatamento ou a rejeição das principais sugestões e contribuições; e</p> <p>V – a identificação das sugestões e contribuições incorporadas à proposta da medida regulatória</p>	<p>Art. 15 Concluído o prazo para o encaminhamento das sugestões e contribuições, a área técnica responsável pela condução do processo de AIR deverá divulgar na <i>Intranet</i>, em até 90 (noventa) dias, um Relatório da Consulta Interna - RCI, que deverá conter, com relação às sugestões e contribuições recebidas, no mínimo:</p> <p>I – o número total;</p> <p>II – dados estatísticos;</p> <p>III – a consolidação;</p> <p>IV – a manifestação motivada sobre seu acatamento ou rejeição; e</p> <p>V – a identificação de sua incorporação à proposta da medida regulatória.</p>

### CAPÍTULO III DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA

RA submetida à CI 25	RA após contribuições
<p>Art. 18. Findo o processo de elaboração da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 10 e a elaboração de Relatório de Monitoramento.</p> <p>Parágrafo único. Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma diretoria, caberá à Diretoria Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.</p>	<p>Art. 16 Findo o processo de elaboração e implantação da medida regulatória, caberá ao órgão técnico o monitoramento das metas e indicadores, conforme inciso IV do art. 8º e a elaboração de Relatório de Monitoramento.</p> <p>§ 1º Caso a responsabilidade pela elaboração da medida regulatória tenha sido compartilhada por mais de uma diretoria, caberá à Diretoria Colegiada indicar quais os órgãos técnicos serão responsáveis pelo monitoramento e avaliação.</p> <p>§ 2º – No caso de o órgão técnico vincular suas metas e indicadores a um dos instrumentos de gestão estratégica, fica este eximido de apresentação do Relatório.</p>
<p>Art. 19. Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.</p> <p>Parágrafo único – no caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.</p>	<p>Art. 17 Os responsáveis pelo monitoramento e avaliação deverão encaminhar os Relatórios de Monitoramento e os de Avaliação à DICOL para apreciação.</p> <p>Parágrafo único No caso dos regimes de urgência ou de ser implementada uma medida regulatória apenas com a Análise Preliminar, o monitoramento deverá ser realizado, tendo por referência a magnitude do problema, suas causas e consequências.</p>

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

RA antes e após contribuições (não houve sugestões – mudança apenas da numeração dos artigos)
<p>Art. 18 O Manual de Boas Práticas Regulatórias deve permanecer disponível no Portal da Agência para consulta.</p> <p>§ 1º O Manual de que trata este artigo deve ser amplamente divulgado aos órgãos técnicos,</p>

<p>inclusive por meio de capacitações teórico-práticas.</p> <p>§ 2º O Manual deve conter modelos de documentos a serem adotados pelos órgãos técnicos responsáveis.</p>
<p>Art. 19 Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação oficial.</p>
<p>Art. 20 Ao entrar em vigor esta Resolução Administrativa, suas disposições se aplicam desde logo aos processos normativos em andamento.</p>
<p>Art. 21 Os incisos I e IV do art. 4º, da Resolução Administrativa – RA nº 49, de 13 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p style="padding-left: 40px;"><i>Art. 4º O processo administrativo normativo deverá ser instruído, obrigatoriamente, com:</i></p> <p style="padding-left: 40px;"><i>I – a Análise Preliminar, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ___, de ___ de _____ de 2016;</i></p> <p style="padding-left: 40px;">.....</p> <p style="padding-left: 40px;"><i>IV – o Despacho de Iniciativa, quando couber na forma da Resolução Administrativa nº ___, de ___ de _____ de 2016;</i></p>
<p>Art. 22 O art. 4º, da RA nº 49, de 2012, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação</p> <p style="padding-left: 40px;"><i>V – o Despacho de encaminhamento dos autos para a Procuradoria Federal junto à ANS - PROGE, que deverá conter, além dos documentos listados nos incisos I, II e III:</i></p>
<p>Art. 23 Revogam-se os artigos 5º e 6º e o Anexo da RA nº 49, de 2012</p>

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO**  
**DIRETOR-PRESIDENTE**